

Abrimos a coleção com o *Manual do Aprendiz Encadernador*, publicado originalmente em 1944, que, como bem estudou Fernanda Brito, responsável pela apresentação da nossa edição, se torna rapidamente uma matriz técnica e simbólica primordial para o ensino da encadernação no país, fonte direta para a construção da série de manuais técnicos desenvolvidos pelo SENAI no início dos anos 1950, momento marcado por grandes transformações técnicas, mercadológicas e socioprofissionais da indústria gráfica brasileira.

Esperamos que o leitor, que neste caso não deixará de ser, também, um colecionador, encontre inspiração, para o fazer e para o pensar, neste manual fartamente ilustrado.

Ana Utsch

Casa Branca, junho de 2021.

O “MANUAL DO APRENDIZ ENCADERNADOR” E SEU CAMPO SIMBÓLICO

Fernanda Brito

Uma civilização que se mostra incapaz de resolver os problemas que seu funcionamento provoca é uma civilização decadente.

Uma civilização que opta por fechar os olhos para seus problemas mais cruciais é uma civilização doente¹.

Apresentar o *Manual do aprendiz encadernador* na perspectiva de seu campo simbólico e escrever sobre o ensino do ofício da encadernação no Brasil, depois de já tê-lo feito em minhas pesquisas no mestrado² e doutorado³, não deixa de ser um grande desafio, pois a cada nova leitura o documento ainda nos surpreende, mostrando-se fonte de pesquisa inesgotável.

O *Manual do aprendiz encadernador*, publicado em 1944, agora disponível em edição fac-similar na íntegra, foi organizado em lições, na forma de perguntas e respostas. Trata-se de um livro de 240 páginas, impresso no setor de Artes Gráficas das Escolas Profissionais Salesianas e publicado pela editora das Escolas Industriais Dom Bosco, Niterói, Rio de Janeiro. Seu autor, Jorge Menegazzi, foi um irmão coadjutor, nascido na Itália em 1895, que imigrou para o Brasil com sua família, ainda criança⁴, e aos 13 anos de idade iniciou seu aprendizado no ofício da encadernação com os padres Salesianos. Aos 28 anos, Menegazzi retornou à Itália para fazer um curso de aperfeiçoamento de três anos a fim de se tornar mestre e instrutor de encadernação⁵.

Assim como na Itália, o curso de encadernação nas Escolas Salesianas era ministrado juntamente com o curso de tipografia, e a relação intrínseca entre os dois campos se tornou cada vez mais evidente durante as pesquisas sobre o ofício da encadernação no Brasil.

Além de se situar no âmbito de um amplo projeto de ensino dos ofícios das artes gráficas no Brasil, o *Manual do aprendiz encadernador* nos incita a

1. CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*, 2020, p. 9.

2. BRITO, Fernanda Kelly Silva de. *Vestígios da tradição dos ofícios na indústria: o ensino da encadernação no Brasil até as séries metódicas do SENAI, nos anos 50*, 2015.

3. BRITO, Fernanda Kelly Silva de. *Conhecimentos práticos e tradição gestual: um estudo sobre os manuais de encadernação*, 2020.

4. CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata*, 2005, p. 32. Na organização dos Salesianos, têm-se os padres, dedicados diretamente ao trabalho religioso e os irmãos coadjutores, empregados no desempenho dos mais diversos ofícios, em apoio daqueles, nas tarefas domésticas (cozinheiros, roupeiros, etc.), nas tarefas religiosas (sacristãos) e nos ofícios mecânicos (alfaiates, sapateiros, etc.).

5. Informações disponíveis no site da instituição, onde encontram-se as cartas mortuárias em memória dos Salesianos: <https://www.salesianos.com.br/inmemoriam/irmaos/>



Imagem da Oficina de Encadernação nas Escolas Profissionais Salesianas.

Fonte: Centro Salesiano de Documentação e Pesquisa.



Imagem da Oficina de Tipografia nas Escolas Profissionais Salesianas.

Fonte: Centro Salesiano de Documentação e Pesquisa.

compreender e interpretar os projetos políticos que envolveram sua produção. Nessa perspectiva, aponto algumas indagações que não foram trabalhadas em pesquisas anteriores: Para quem era destinado o ensino de ofícios no Brasil? Qual era o mínimo de escolaridade necessária para acessar o aprendizado? Para quem este manual foi escrito? Por quê em todas as imagens se veem crianças? Por quê em sua grande maioria eram negros e mestiços?

Essas foram algumas das perguntas consideradas para apresentar esta edição desenvolvida pelo Museu Tipografia Pão de Santo Antônio, que não por acaso tem seu contexto de criação também permeado por elas. De fato, a criação do Museu Tipografia Pão de Santo Antônio, localizado em Diamantina, MG, tem sua história vinculada à do asilo do Pão de Santo Antônio, local que assiste à pessoas carentes e idosas desde o início do século passado. Fundado em 1901, e com o objetivo de obter renda para a manutenção do abrigo, foi criado em 1906 o *Jornal Pão de Santo Antônio*⁶, que deu forma a uma tipografia, que hoje integra o acervo do Museu. Com essas percepções, foram surgindo conexões, e pude perceber que algumas características dos espaços de aprendizagem e da prática desses ofícios, encadernação e tipografia, tinham algo em comum.

Percebi que os espaços de abrigo, como os asilos, compartilham na base de sua criação características semelhantes às das escolas profissionais de ensino de ofícios, pois no período de suas implementações, que se deram sobretudo no final do século XIX, eram destinadas aos pobres, orfãos e desvalidos da sorte. A data da criação dos asilos, orfanatos, e escolas profissionais “coincide” com a virada do século XIX para o século XX, marcada pela Abolição da Escravatura e pelos projetos imigrantistas do país, ou seja, por uma estrutura sóciopolítica, cuja herança é marcada pelas desigualdades sociais e raciais presente em nosso país.

Os mais velhos, pobres, inválidos e improdutivos, que não possuíam vínculos familiares, eram destinados aos asilos. Para as crianças pobres, desvalidas da sorte e provenientes de famílias numerosas, por sua vez, o destino eram as escolas profissionais. Cabe ressaltar que essa população, tanto de pessoas idosas quanto de crianças, era, em sua grande maioria, gente preta, e todos muito pobres.

6. BARBOSA, Juventino Ribeiro. “Multiplicando os pães”. In UTSCH, Ana. (org). *Museu Tipografia Pão de Santo Antônio: patrimônio gráfico entre ação e preservação*.



Imagem dos Oratórios Festivos, que ocorriam aos finais de semana para as crianças, nas Escolas Salesianas (Década de 1930).

Fonte: Centro Salesiano de Documentação e Pesquisa.

Os aprendizes que compunham o corpo das escolas profissionais que começaram a surgir no Brasil, como as Escolas Profissionais Salesianas (1883), Liceus (1885), as Escolas de Aprendizes Artífices (1909), e, futuramente, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI (1942), eram crianças e jovens, com idade de oito a 13 anos.



Aprendizes das Escolas Profissionais Salesianas. Jorge Menegazzi está à frente do grupo de crianças, com os braços cruzados (Década de 1940).

Fonte: Centro Salesiano de Documentação e Pesquisa.

O ano de 1883 marca a chegada dos Salesianos ao Brasil e, em 1885, a Fundação do Liceu Coração de Jesus em São Paulo torna-se a primeira escola de ensino profissional sistemático a funcionar no Brasil, com uma grande preocupação para enfrentar essas novas situações, dentre elas a formação profissional, pensada como um dos meios para o desenvolvimento industrial no Brasil.

Nesse cenário, surge a figura do padre João Bosco, atuante na Itália, cuja obra é inspirada no padre católico francês João Batista de La Salle, como indica o nome da ordem religiosa que criou: Salesianos. No Brasil, Dom

Bosco trabalhou com seu sistema de educação popular chamado Sistema Preventivo que, segundo Riolando Azzi⁷, buscava orientar e acompanhar as crianças e os jovens para que não cometessem faltas e tomassem consciência delas, não sendo necessário vigilância ou castigos como num sistema repressivo. O Sistema Preventivo, já conhecido mundialmente, atuava na educação profissional das crianças das classes trabalhadoras.

Em pesquisa realizada no Centro Salesiano de Documentação e Pesquisa, na cidade de Barbacena, Minas Gerais, diversos documentos foram encontrados sobre o Sistema Preventivo e a publicação do *Manual*, relacionando-o não somente à necessidade da publicação de um trabalho de cunho prático e teórico, mas também à organização de um ensino disciplinante e profissional no país. O próprio autor informa na introdução do livro que seu *Manual* se destinava a servir de material didático para o ensino do ofício da encadernação no Programa de Ensino Técnico-Profissional das Escolas Industriais Salesianas.

De fato, o *Manual* surge num contexto em que o governo está reformulando o ensino profissional no Brasil. Além de servir às escolas salesianas para o ensino do ofício, ele também se ajustaria às mudanças e adaptações da organização do ensino profissional no Brasil e aos projetos de formação de mão-de-obra, ensinando às crianças, aos jovens e aos órfãos um ofício, que além de lhes “assegurar” um trabalho, também lhes garantiria, de acordo com a proposta, disciplina e caráter.

Dentro desse contexto, não poderia deixar de compartilhar algumas questões subjetivas, frutos de um processo de compreensão das minhas trajetórias pessoal, profissional e intelectual, pois, em algum momento da pesquisa, o objeto se entrelaçou em quem eu sou-fui, com uma parte da minha vida.

Minha trajetória profissional iniciou-se no SENAI, em São Paulo, espaço onde o ofício da encadernação me deu a perspectiva de um trabalho e profissão ao realizar o curso “Formação Industrial de Encadernação”, além de propiciar o aprofundamento do estudo sobre o assunto. Tive acesso a uma biblioteca, aberta ao público, que mantinha em seu acervo livros sobre artes gráficas, por exemplo. Nesse equipamento cultural

7. AZZI, Riolando. Os Salesianos no Brasil: À Luz da História, 1982, p. 53.

me deparei com os manuais de encadernação que pesquisei durante o mestrado, e foi nas referências bibliográficas presentes nos manuais que cheguei ao *Manual do aprendiz encadernador*. Um manual me levou ao outro e durante a pesquisa para a dissertação pude perceber que o *Manual* foi a principal referência bibliográfica para a escrita dos manuais do SENAI.

Ao longo de minha estadia no Centro Salesiano de Documentação e Pesquisa, em Barbacena, com o objetivo de pesquisar e vivenciar, mesmo que por pouco tempo, um pouco da rotina dos padres e da casa de retiro, oferecida gentilmente pela instituição, descobri os manuais dos mestres italianos que Jorge Menegazzi trouxe consigo da Itália e, com eles, suas referências. Hoje, os Salesianos não ensinam mais os ofícios, mas possuem em seus arquivos milhares de registros e documentos deste período, desde sua chegada ao Brasil, em 1883, até a interrupção das atividades de ensino.

Este é um aspecto da minha pesquisa que se encontra com minha vida pessoal e profissional, como mulher preta, mas com a certeza da miscigenação, pois sou bisneta de italianos e também descendente do povo nordestino, neta de migrantes Alagoanos e, claro, do povo negro, do estado do Rio de Janeiro. Sou filha de uma mulher Alagoana e de um homem negro nascido na cidade de São Paulo.

Portanto, sou mestiça e miscigenada, e consciente de que num período de meio século, o Brasil recebeu quase a mesma quantidade de imigrantes europeus do que durante três séculos e meio de escravizados, como aponta Maria Aparecida da Silva Bento. A pesquisadora afirma que “entre 1871 e 1920 ingressaram no Brasil cerca de 3.400.000 europeus, dos quais pelo menos 1.300.000 eram italianos”⁸.

Assim sendo, faço parte de uma grande história e de projetos políticos, que sempre deixarão lacunas, e essa é muitas das vezes a “outra razão” a que se refere González⁹, pela qual necessitamos explicitar nosso lugar de origem, pois a mestiçagem não impede a racialização da sociedade brasileira. E também explicar que é a partir desse lugar no mundo que acontece minha tentativa de escrita e a necessidade de pesquisar e reconstruir essa parte da história do ensino dos ofícios no Brasil. Aqui, se

unem então dois pontos que considero fundamentais e que remetem ao período próximo da chegada dos padres Salesianos ao Brasil: a escravatura e sua Abolição e a imigração europeia no Brasil.

Sabemos que a Inglaterra fez com que o governo brasileiro assinasse um acordo que proibisse o tráfico de pessoas escravizadas a partir de 1830, além de declarar livres todos os cativos que desembarcassem no país a partir dessa data. Porém, também sabemos que os acordos e as leis provenientes dessa proibição não fizeram com que o tráfico se findasse. Ao contrário, o Brasil deu continuidade à prática criminosa, mas com disputas internas, sociais e políticas mais evidenciadas, às voltas da Abolição, que se tornava cada vez mais próxima. Nesse contexto, como desenvolvido na obra de Luiz Cunha, assiste-se a uma nova forma de manifestação do preconceito, que se dá no seio da transformação de escravizados em trabalhadores assalariados, por parte daqueles que se chamavam “proprietários” ou “donos destes”¹⁰. A isso se sobrepõe, é claro, as ideologias racistas das classes dominantes brasileiras, que induziam todos a acreditar que os mestiços, naquela época já em grande número, eram seres inferiores. Sendo assim, a imigração de colonos brancos parecia a única solução válida para a substituição dos escravizados no âmbito do trabalho e para a construção de um país civilizado.

Tínhamos, então, no mundo inteiro, um pensamento rondando sobre a mestiçagem no Brasil e sobre a diferença racial, como nos diz Kabengele Munanga. O pesquisador aponta que neste pensamento, “o mestiço é sempre tratado como um ser ambivalente, visto ora como o ‘mesmo’, ora como o ‘outro’”¹¹, afirmando que a elite brasileira, do fim do século XIX e início do século XX, tentou se embasar em pensamentos da Europa Ocidental, tidos como ciência, com o objetivo de explicar a situação racial brasileira e, sobretudo, propor caminhos para a construção de uma nacionalidade higienista.

Com a iminência da Abolição da Escravatura, atrelada a pensamentos higienistas, a elite brasileira acaba por não integrar a mão-de-obra negra no espaço do trabalho, taxando-a como ineficiente e irracional. Da mesma forma, o histórico de violência praticada durante séculos contra a população escravizada causava desconfiança e receio no seio do

8. BENTO, Maria Aparecida da Silva. *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*, 2002, p. 53.

9. GONZALEZ, Lélia. *Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher.*, 1979 (mimeo), p. 16.

10. CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata*, 2005, p. 84.

11. MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*, 2009, p. 29.

novo contexto pautado pelo trabalho livre, além, é claro, do preconceito reiterado dos proprietários de terra, que não desejavam promover o negro à condição de trabalhador livre.

Celia Maria Marinho de Azevedo¹² aponta diversos projetos emancipatórios, imigrantistas e abolicionistas que foram realizados no Brasil e reforça a mesma questão que Munanga nos apresenta: o que fazer com a população negra?, discussão presente desde o século XVIII no Brasil, formulada ainda antes da Abolição. A autora coloca que, até meados de 1880, temos, como enfoque na discussão da elite brasileira, a escravidão e sua transição para o estabelecimento pleno do trabalho livre. Porém ela nos diz que, a partir da data da Abolição, o tema da transição deixa de existir e temos a discussão completamente centrada na imigração europeia. De fato, trata-se de uma troca de personagens históricos com a introdução de novos temas, tais como desenvolvimento econômico industrial, urbanização e formação da classe operária brasileira com base numa população essencialmente estrangeira¹³.

Vontando ao trabalho de Luiz Cunha, o autor ainda aponta que “num país escravagista como o Brasil do séc. XIX, os projetos industrialistas estavam sempre na dependência de raros capitais, mas principalmente na inexistência de um operariado”¹⁴. Dessa forma, a primeira fonte de suprimento foram as crianças e os jovens, que não eram capazes de se opor à resistência e à aprendizagem compulsória de ofícios. Entre essas crianças estavam os pretos e/ou órfãos, em grande número em todas as escolas e sistemas de ensino de ofícios. E a segunda fonte, aqui na questão do ensino, era a imigração de mestres e operários europeus, que na concepção da indústria brasileira já traziam consigo saberes e conhecimentos sobre os ofícios necessários ao grande projeto de industrialização do país.

Percebe-se, portanto, que a publicação do *Manual* estava interligada a uma série de realizações e acontecimentos presentes no país, principalmente com a criação das Escolas Industriais e a formação de uma mão-de-obra composta por crianças, na maioria entre 8 e 13 anos, em sistema de internato e externato. Crianças pretas, provindas de uma pós-abolição, e também as crianças da imigração, e todas pobres.



Imagem de uma das Escolas Profissionais Salesianas.

Fonte: Centro Salesiano de Documentação e Pesquisa.

Diante da reflexão aqui registrada, desejo que apreciem o *Manual do aprendiz encadernador* e que possamos, juntos, pensar os campos simbólicos implícitos a este objeto, no interior da história do ensino dos ofícios no Brasil.

12. AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites-século XIX*, 1987.

13. *Ibidem*, p. 20.

14. CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*, 2005, p. 81.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco**: o negro no imaginário das elites, século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

AZZI, Riolando. **Os salesianos no Brasil**: a luz da história. São Paulo: Salesiana Dom Bosco, 1983.

BARBOSA, Juventino Ribeiro. “Multiplicando os pães”, In UTSCH, Ana. (org). **Museu Tipografia Pão de Santo Antônio**: patrimônio gráfico entre ação e preservação, Diamantina: APSto, 2015, p. 17-18. Disponível em: <<http://www.museutipografia.com.br/catalogos/catalogo2015.pdf>>. Acesso em: 13 de abr. 2021.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. **Pactos narcísicos no racismo**: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. 2002. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

BRITO, Fernanda Kelly Silva de. **Conhecimentos práticos e tradição gestual**: um estudo sobre os manuais de encadernação. 2020. Tese (Doutorado em História da Ciência) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

BRITO, Fernanda Kelly Silva de. **Vestígios da tradição dos ofícios na indústria**: o ensino da encadernação no Brasil até as séries metódicas do SENAI, nos anos 50. 2015. Dissertação (Mestrado em História da Ciência) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Editora Veneta, 2020.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: FLACSO, 2005.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: FLACSO, 2005.

GONZALEZ, Lélia. **Cultura, etnicidade e trabalho**: efeitos lingüísticos e políticos da exploração da mulher. Comunicação apresentada no VIII Encontro Nacional da Latin American Studies Association, realizado de 05 a 07 de abril em Pittsburgh (USA), 1979 (mimeo). Disponível em: <https://coletivomariasbaderna.files.wordpress.com/2012/09/cultura_etnicidade_e_trabalho.pdf>. Acesso em 13 abr. 2021.

MENEGAZZI, Jorge. **Manual do aprendiz encadernador**. Escola Industrial Dom Bosco, Niterói, 1944.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

JORGE MENEGAZZI

